

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 12 n. 69

novembro/dezembro 2025

Classificação Qualis/Capes: A4

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Fernanda Tartuce

Flávio Tartuce

Conselho Científico

Giselda Novaes Hironaka

Pablo Stolze Gagliano

Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luis Felipe Salomão – Maria Helena Braceiro Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume

Adriane Medianeira Toaldo – Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas
Cleber Affonso Angeluci – Fernanda Tartuce – Flávio Tartuce
Gabriel Moraes Rocha Severiano – Gabrielli Messias Rodrigues
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka – Manuella Miranda Kelle
Marina Millena Gasparoto Pascualini – Matheus Vinícius Rocha da Silva
Pedro Egidyo Valle de Souza – Rodolfo Pamplona Filho – Rozane da Rosa Cachapuz
Solon Bevilacqua – Thereza de Jesus Santos Junqueira – Vinicius Pinheiro Marques

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

n. 1 (jul./ago. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce.

n. 69 (nov./dez. 2025)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORIA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

A *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, referência em nosso País, chega ao número 69, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Iniciamos o volume com artigo doutrinário do Coordenador da Revista, Professor Flávio Tartuce, sobre *A reforma do Código Civil e o testamento*, com a análise de algumas das principais regras sobre os testamentos no sistema civil, com foco no Projeto de Reforma do Código Civil, em debate e tramitação no Senado Federal (PL nº 04/2025). São abordadas as propostas para o art. 1.857; as proposições para o testamento público, particular e o cerrado; a abertura, o registro, a confirmação e o cumprimento extrajudicial dos testamentos; entre outras.

O segundo texto foi elaborado pela nova Coordenadora da Revista, Professora Fernanda Tartuce, trazendo uma reflexão sobre os conflitos familiares não como fracasso, mas como parte da dinâmica que pode ser ressignificada. Como contribuição prática, são apresentados *checklists* com perguntas e afirmações voltadas à advocacia e às pessoas em conflito para avaliar a pertinência de buscar uma via consensual.

Seguimos a edição com o estudo da Conselheira Científica Giselda Novaes Hironaka intitulado *Reflexões sobre a natureza jurídica e incidência da vedação dos pactos sucessórios no Código Civil*. Entre outras abordagens, a autora reflete sobre os termos da regra proibitiva do art. 426 do Código Civil e sobre as propostas trazidas pelo PLS nº 04/2025, que pretende revisar e atualizar o Código Civil de 2002. Trata da autonomia privada no contexto sucessório, cotejando os *pacta corvina* com os testamentos, indica as espécies fundamentais de pactos sucessórios e as justificativas apresentadas para a manutenção de sua vedação genérica.

Rodolfo Pamplona Filho, também Conselheiro Científico do periódico, marca presença com o artigo *Um estudo comparado das entidades familiares no direito brasileiro e no direito do Timor Leste*, em coautoria com Thereza de Jesus Santos Junqueira. Propõem os autores uma comparação das entidades familiares no Brasil e no Timor Leste, a partir uma sistematização que parte do reconhecimento dos arranjos familiares pelo sistema jurídico, categorizando-as.

A revista continua com a participação da também Conselheira Cláudia Mara Viegas. Seu artigo *O Cônjuge vai deixar de ser herdeiro necessário? Uma análise da proposta de alteração do Código Civil (PL nº 04/2025)* traz uma importante reflexão sobre as transformações propostas pelo Projeto de Lei nº 04/2025 no direito sucessório brasileiro, com especial atenção à posição jurídica do cônjuge sobrevivente. Explora o debate em torno da proteção da parte vulnerável da relação conjugal, bem como os impactos práticos da medida.

Dando continuidade, o ensaio intitulado *Jurisdição consensual no Código de Processo Civil/2015: do princípio da voluntariedade e a possibilidade de negócios jurídicos processuais envolvendo conciliação e mediação*, de Marina Millena Pascualini, Pedro Egidyo de Souza e Rozeane da Rosa Cachapuz, aborda a jurisdição consensual no Código de Processo Civil de 2015, com ênfase ao princípio da voluntariedade e a viabilidade de negócios jurídicos processuais que envolvam conciliação e mediação. Objetivam demonstrar como essas técnicas podem ser eficazes sob a análise da tutela jurisdicional e da consensualidade.

Na sequência, Adriane Medianeira Toaldo e Manuella Miranda Keller contribuem com o texto *Desadoção: responsabilidade civil e danos morais de acordo com a doutrina e posição dos tribunais superiores*. As autoras abordam dois períodos: o primeiro acontece no estágio de convivência e o segundo depois de formalizada a adoção com o reconhecimento do poder familiar. Objetivam o debate em torno da possibilidade da responsabilidade civil e da aplicação da pena nos dois períodos mencionados.

Matheus Vinicius Rocha da Silva e Solon Bevilacqua contribuem com o estudo *Reconhecimento voluntário de paternidade: lições do modelo norte-americano para o fortalecimento do programa pai presente*. Apresentam uma pesquisa comparativa entre os programas de reconhecimento voluntário de paternidade no Brasil e o modelo norte-americano, com foco no estado do Texas. Objetivam identificar boas práticas e propor diretrizes para o aprimoramento do modelo brasileiro.

CEJUSC como porta de acesso à justiça no direito de família é o texto apresentado por Vinicius Pinheiro Marques e Gabriel Moraes Severiano. Os autores analisam as causas estruturais da sobrecarga processual do Poder Judiciário brasileiro e avaliam em que medida os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) contribuem para mitigar a morosidade em ações de família na Comarca de Palmas-TO.

Chegamos ao fim desse volume com o escrito *As redes sociais e suas implicações na família contemporânea*, de Cleber Affonso Angeluci e Gabrielli Messias Rodrigues. Os autores examinam a instituição familiar e seu arcabouço de mudanças acompanhando as alterações sociais, culturais e jurídicas que marcaram diferentes períodos históricos.

Por fim, ressaltamos nossos agradecimentos à Professora e jurista Fernanda Tartuce pelo aceite em integrar a singular Coordenação de nossa revista, a partir da presente edição.

Uma ótima leitura a todos!

Fábio Paixão
Editor da Revista

Sumário

Doutrina

1. A Reforma do Código Civil e o Testamento <i>Flávio Tartuce</i>	7
2. Soluções Negociadas em Conflitos Familiares e Listas de Verificação Sobre Adequação das Tentativas <i>Fernanda Tartuce</i>	36
3. Reflexões Sobre a Natureza Jurídica e Incidência da Vedação dos Pactos Sucessórios no Código Civil <i>Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka</i>	49
4. Um Estudo Comparado das Entidades Familiares no Direito Brasileiro e no Direito do Timor Leste <i>Rodolfo Pamplona Filho e Thereza de Jesus Santos Junqueira</i>	64
5. O Cônjuge Vai Deixar de Ser Herdeiro Necessário? Uma Análise da Proposta de Alteração do Código Civil (PL nº 04/2025) <i>Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas</i>	87
6. Jurisdição Consensual no Código de Processo Civil/2015: do Princípio da Voluntariedade e a Possibilidade de Negócios Jurídicos Processuais Envolvendo Conciliação e Mediação <i>Marina Millena Gasparoto Pascualini, Pedro Egidyo Välle de Souza e Rozane da Rosa Cachapuz</i>	101
7. Desadoção: Responsabilidade Civil e Danos Morais de Acordo com a Doutrina e Posição dos Tribunais Superiores <i>Adriane Medianeira Toaldo e Manuella Miranda Kelle</i>	115
8. Reconhecimento Voluntário de Paternidade: Lições do Modelo Norte-Americano para o Fortalecimento do Programa Pai Presente <i>Matheus Vinícius Rocha da Silva e Solon Bevilacqua</i>	125
9. CEJUSC como Porta de Acesso à Justiça no Direito de Família – um Estudo Sobre Pacificação, Estrutura Jurisdicional e Celeridade em Palmas-TO <i>Gabriel Moraes Rocha Severiano e Vinicius Pinheiro Marques</i>	146
10. As Redes Sociais e suas Implicações na Família Contemporânea <i>Cleber Affonso Angeluci e Gabrielli Messias Rodrigues</i>	164
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189